



ACORDO DE COPRODUÇÃO AUDIOVISUAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE

O Governo da República Federativa do Brasil
e
o Governo da República do Chile
(doravante designados “as Partes”),

Buscando desenvolver a cooperação entre os dois países no setor audiovisual;

Desejosos de expandir e facilitar produções audiovisuais que possam contribuir para as indústrias cinematográfica e audiovisual de ambos os países e o desenvolvimento de intercâmbios culturais e econômicos entre si;

Convencidos de que essas formas de intercâmbio contribuirão para a intensificação das relações entre os dois países;

Acordam o seguinte:

Artigo 1 Definições

Para os fins do presente Acordo,

1. “Coprodução audiovisual” significa obra audiovisual para os fins da legislação aplicável tanto na República Federativa do Brasil quanto na República do Chile, independentemente do gênero (ficção, animação ou documentário) e da duração, seriada ou não seriada, em qualquer suporte, financiada e produzida conjuntamente por um ou mais coprodutores brasileiros e um ou mais coprodutores chilenos, cujo projeto tenha sido aprovado por ambas as Autoridades Competentes em conformidade com o presente Acordo, e que seja destinada à comunicação pública por qualquer meio ou procedimento nos diversos segmentos do mercado audiovisual – isto é, em salas de cinema, na televisão (aberta ou por assinatura), ou por qualquer outro meio ou sistema, conhecido ou a ser desenvolvido, dentro dos limites permitidos pela legislação nacional e pelas disposições regulamentares vigentes em ambas as Partes;
2. Para a República Federativa do Brasil (doravante designada “Brasil”), “coprodutor” significa uma ou mais empresas de audiovisual brasileiras estabelecidas em conformidade com a legislação e os requisitos regulamentares brasileiros, envolvidas na realização da coprodução audiovisual;



3. Para a República do Chile (doravante designada “Chile”), “coprodutor” significa as empresas de produção ou os produtores com domicílio no Chile ou na República Federativa do Brasil, que participem em uma coprodução chileno-brasileira;

4. “Autoridade Competente” significa:

- em nome do Brasil, a Agência Nacional do Cinema (ANCINE); e
- em nome do Chile, o Ministério das Culturas, das Artes e do Patrimônio;

5. “Nacionais” significa:

- i) para o Brasil,
 - nacionais do Brasil; ou
 - residentes permanentes no Brasil;
- ii) para o Chile,
 - nacionais do Chile; ou
 - residentes permanentes no Chile.

Artigo 2

Benefícios

1. As coproduções audiovisuais serão reconhecidas como nacionais nos países das Partes e, por conseguinte, terão plenos direitos a todos os benefícios que são ou poderão vir a ser concedidos às obras audiovisuais nacionais por cada uma das Partes nos termos das respectivas legislações nacionais.

2. Quaisquer benefícios disponíveis no Brasil somente poderão ser concedidos ao coprodutor brasileiro em conformidade com a legislação e com as disposições regulamentares brasileiras pertinentes.

3. Quaisquer benefícios disponíveis no Chile somente poderão ser concedidos ao coprodutor chileno em conformidade com a legislação e com as disposições regulamentares chilenas pertinentes.



Artigo 3 **Aprovação de projetos**

1. A aprovação das coproduções audiovisuais deverá ser solicitada às Autoridades Competentes de ambos os países antes do início da filmagem da obra ou da primeira versão da animação, conforme o caso.
2. As aprovações serão concedidas por escrito após consulta entre as Autoridades Competentes.
3. Ao considerar propostas para a realização de coproduções audiovisuais, as Autoridades Competentes, com a devida consideração por suas respectivas políticas e diretrizes, aplicarão as regras estabelecidas no presente Acordo e em seu Anexo.
4. O processo de aprovação compreenderá duas etapas: aprovação provisória e aprovação final.
5. A aprovação não será concedida a um projeto de coprodução audiovisual cujos coprodutores estejam vinculados por gestão, propriedade ou controle em comum, exceto na medida em que tal vínculo seja inerente à própria realização da coprodução.
6. A aprovação não cria obrigações para as Autoridades Competentes no tangente à exibição pública da coprodução em questão, tampouco à solução de conflitos entre os coprodutores.

Artigo 4 **Contribuições às coproduções audiovisuais**

1. A contribuição financeira dos coprodutores de cada Parte deverá corresponder a no mínimo vinte por cento (20%) e no máximo oitenta por cento (80%) do orçamento da coprodução audiovisual.
2. Em todas as coproduções audiovisuais, as participações criativa, artística e técnica dos coprodutores serão razoavelmente proporcionais a suas respectivas contribuições financeiras.
3. Sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores, em casos excepcionais, as Autoridades Competentes poderão aprovar coproduções audiovisuais que, apesar de não se enquadrarem nas regras de contribuição, promoverão os objetivos deste Acordo. Nesses casos, a contribuição dos coprodutores de cada Parte não será inferior a dez por cento (10%) – nem superior a noventa por cento (90%) do orçamento da coprodução audiovisual.



Artigo 5

Coproduções com terceiras partes

1. Os coprodutores de Estados com os quais o Brasil ou o Chile mantenham acordo de coprodução cinematográfica ou audiovisual poderão participar na coprodução audiovisual.
2. Nas coproduções audiovisuais multilaterais, a contribuição financeira dos coprodutores de cada Parte corresponderá a no mínimo dez por cento (10%) e no máximo oitenta por cento (80%) do orçamento da obra.

Artigo 6

Participantes

1. Os participantes na coprodução audiovisual serão nacionais do Brasil e do Chile e, quando houver coprodutor de um terceiro país, nacionais desse terceiro país também poderão participar.
2. Em circunstâncias excepcionais e sujeito à aprovação das Autoridades Competentes, um número restrito de profissionais de outros países poderá participar.

Artigo 7

Produção e pós-produção

1. Todo o trabalho relacionado à coprodução audiovisual antes de sua finalização (incluindo filmagens em estúdios e o trabalho de pós-produção) será realizado no Brasil e/ou no Chile, ou, caso haja um terceiro coprodutor, no país do terceiro coprodutor.
2. Nada neste Acordo impedirá a realização de trabalhos relativos à coprodução em outro país ou outra região se as Autoridades Competentes assim concordarem.

Artigo 8

Filmagens em locação

1. Em princípio, as filmagens em locação serão realizadas em pelo menos um dos países dos coprodutores.
2. Contudo, as Autoridades Competentes poderão aprovar filmagens em locação em país ou região que não os dos coprodutores caso o roteiro ou as circunstâncias o exijam. Neste



caso, nacionais do país em que as filmagens em locação ocorrerem poderão ser empregados como figurantes, em pequenos papéis ou em equipe técnica adicional.

Artigo 9 **Créditos**

1. Constará dos créditos iniciais de toda coprodução a informação de que a obra se trata de uma “Coprodução Brasil - Chile” ou uma “Coprodução Chile - Brasil”, ou, quando for o caso, que reflita a participação de coprodutores do Brasil, do Chile e de terceiros países.
2. Adicionalmente, tal informação será incluída em qualquer material promocional referente à coprodução.

Artigo 10 **Direitos, receitas e mercados**

1. Os direitos e as receitas advindos da coprodução serão repartidos entre os coprodutores de forma a refletir suas respectivas contribuições financeiras.
2. Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, caso desejarem e acordarem mutuamente, os coprodutores poderão reter as receitas decorrentes da exploração da coprodução em seus respectivos mercados nacionais, sob a condição de que as receitas advindas do resto do mundo sejam repartidas de forma proporcional a seus investimentos.
3. Em casos excepcionais, as Autoridades Competentes poderão aprovar coproduções audiovisuais que, apesar de não se enquadrarem na regra estabelecida nos dois parágrafos anteriores, promoverão os objetivos do presente Acordo.

Artigo 11 **Entrada e residência temporária**

Cada uma das Partes envidará esforços, sujeita à aplicação da legislação nacional em vigor em seu respectivo Estado, para facilitar a entrada e a residência temporária em seu território por nacionais do Brasil, do Chile ou de um terceiro país, conforme o caso, que participem da coprodução audiovisual, com a finalidade de produzir ou promover uma coprodução audiovisual.



Artigo 12

Importação e exportação de equipamentos

Cada uma das Partes facilitará, dentro dos limites permitidos por suas respectivas legislações nacionais, a importação e a exportação temporárias de quaisquer equipamentos necessários para a realização das coproduções audiovisuais.

Artigo 13

Exportação de coproduções audiovisuais

1. Quando a coprodução audiovisual for exportada para um país onde a importação de obras audiovisuais estiver sujeita a cotas, e as Partes não detiverem o direito de livre entrada para suas obras audiovisuais no país importador:

- i) a coprodução audiovisual será incluída em regra na cota do país que possuir participação majoritária;
- ii) no caso de participação igualitária de diferentes países, a coprodução audiovisual será incluída na cota do país coprodutor que contar com as melhores oportunidades de exportação para o território em questão;
- iii) em caso de dúvidas, a coprodução audiovisual entrará na cota do país de onde provenha o diretor.

2. Se qualquer das Partes detiver o direito de exportar ilimitadamente suas próprias obras audiovisuais para o país importador, as coproduções audiovisuais nos termos do presente Acordo deverão, na medida do possível, se beneficiar da mesma vantagem.

Artigo 14

Comissão Mista

1. Sempre que necessário, as Partes estabelecerão uma Comissão Mista composta por representantes das Partes, incluindo as Autoridades Competentes.

2. A função da Comissão Mista será resolver qualquer dificuldade que surja da aplicação do presente Acordo e apresentar propostas consideradas necessárias com vistas a emendá-lo ou aprimorar sua eficácia.

3. A Comissão Mista poderá realizar reuniões (online) por solicitação de uma das Partes.



Artigo 15 **Status do Anexo**

O Anexo é parte integrante do presente Acordo e deverá ser considerado em conjunto com as outras disposições do presente Acordo.

Artigo 16 **Emendas**

1. O presente Acordo e seu Anexo poderão ser emendados, por escrito, por consentimento mútuo de ambas as Partes.
2. As emendas entrarão em vigor na data da última notificação diplomática por meio da qual as Partes se notifiquem mutuamente sobre o cumprimento de todos os procedimentos necessários para tal entrada em vigor.
3. Cada Parte deverá informar a outra, por Nota diplomática, sobre mudanças em sua Autoridade Competente.

Artigo 17 **Solução de controvérsias**

As Partes envidarão esforços para resolver, por intermédio de consultas e consentimento mútuo, qualquer controvérsia em relação à interpretação ou à aplicação deste Acordo.

Artigo 18 **Entrada em vigor**

Cada Parte notificará a outra, por escrito e pela via diplomática, a respeito da conclusão de todos os procedimentos necessários para a entrada em vigor do presente Acordo. Este Acordo, incluindo seu Anexo, entrará em vigor na data da última dessas notificações.

Artigo 19
Duração e denúncia

1. O presente Acordo permanecerá em vigor pelo período de um (1) ano, a contar da data de sua entrada em vigor, e, posteriormente, será renovado automaticamente por períodos adicionais de um (1) ano.
2. Qualquer uma das Partes poderá informar a outra sobre sua intenção de não renovar o Acordo ao final de cada período de um (1) ano, mediante notificação com antecedência mínima de três (3) meses, por escrito e por via diplomática.
3. Não obstante o parágrafo 2 deste Artigo, o presente Acordo continuará sendo aplicado a qualquer coprodução audiovisual aprovada pelas Autoridades Competentes antes de sua denúncia.

Artigo 20
Disposições transitórias

1. Este Acordo substituirá o Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no âmbito da Cooperação e da Coprodução Cinematográfica, celebrado em Brasília, em 25 de março de 1996.
2. Assim, na data em que o presente Acordo entrar em vigor, o supracitado acordo deixará de vigorar.
3. As Partes poderão, contudo, continuar a conceder benefícios aos produtores cuja obra tenha sido qualificada para se beneficiar da aplicação do acordo anterior.

Feito em Brasília, em 22 de abril de 2025, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo as duas versões igualmente autênticas.

PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


Margareth Menezes
Ministra da Cultura

PELO GOVERNO DA
REPÚBLICA DO CHILE


Albert Van Klaveren Stork
Ministro das Relações Exteriores



ANEXO

REGRAS DE PROCEDIMENTO PARA O ACORDO DE COPRODUÇÃO AUDIOVISUAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE

1. A aprovação das coproduções audiovisuais será solicitada às Autoridades Competentes de ambos os países antes do início das filmagens, ou da primeira versão de animações, conforme o caso.
2. A documentação apresentada em apoio a uma solicitação de aprovação consistirá nos seguintes itens, redigidos em português, no caso do Brasil, e em espanhol, no caso do Chile:
 - a) sinopse da coprodução audiovisual;
 - b) prova documental da aquisição legal dos direitos de realização da coprodução audiovisual;
 - c) orçamento;
 - d) plano de financiamento;
 - e) lista da equipe criativa, artística e técnica, indicando suas nacionalidades;
 - f) cópia do contrato de coprodução, em consonância com o próximo parágrafo;
 - g) quaisquer outros documentos ou informações adicionais que as Autoridades Competentes possam julgar necessárias.
3. O contrato de coprodução audiovisual deverá:
 - a) incluir o título da coprodução audiovisual, mesmo que provisório, assim como o nome do(s) roteirista(s) e do diretor;
 - b) identificar os coprodutores;
 - c) fornecer o custo total estimado da coprodução audiovisual, identificando o total das contribuições financeiras a serem realizadas por cada coprodutor em consonância com as disposições deste Acordo;
 - d) incluir cláusula detalhando a repartição entre os coprodutores de qualquer gasto além ou aquém do previsto, cujas parcelas deverão, a princípio, ser proporcionais a suas respectivas contribuições;
 - e) atribuir, entre os coprodutores, a propriedade de todos os direitos decorrentes da realização da coprodução audiovisual, em consonância com as disposições deste Acordo;



- f) estabelecer a divisão de territórios e receitas de exploração da coprodução audiovisual entre os coprodutores, inclusive aquelas dos mercados de exportação, em conformidade com as disposições deste Acordo;
- g) estabelecer a responsabilidade financeira de cada coprodutor pelos custos incorridos na preparação de um projeto de coprodução audiovisual cujo reconhecimento provisório ou final seja indeferido pelas Autoridades Competentes;
- h) estabelecer as medidas a serem tomadas quando o coprodutor não cumprir seus compromissos estabelecidos no contrato;
- i) informar a data prevista para o início das filmagens, ou da primeira versão de animações, conforme o caso;
- j) incluir quaisquer outros requisitos das legislações nacionais e disposições regulamentares de cada Parte em relação ao conteúdo dos contratos de coprodução.

4. Emendas, incluindo a substituição de coprodutor, podem ser feitas ao contrato original, mas devem ser submetidas à aprovação das Autoridades Competentes antes da finalização da coprodução audiovisual.



ACUERDO DE COPRODUCCIÓN AUDIOVISUAL ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE CHILE

El Gobierno de la República Federativa de Brasil
y
el Gobierno de la República de Chile
(en adelante designados “las Partes”),

Buscando desarrollar la cooperación entre los dos países en el sector audiovisual;

Deseosos de expandir y facilitar coproducciones audiovisuales que puedan contribuir a las industrias cinematográfica y audiovisual de ambos países y al desarrollo de intercambios culturales y económicos entre sí;

Convencidos de que esas formas de intercambio contribuirán a la intensificación de las relaciones entre los dos países;

Acuerdan lo siguiente:

Artículo 1 Definiciones

Para los fines del presente Acuerdo,

1. “Coproducción audiovisual” significa obra audiovisual para los fines de la legislación aplicable tanto en la República Federativa de Brasil como en la República de Chile, independientemente del género (ficción, animación o documental) y de la duración, seriada o no seriada, en cualquier medio, financiada y producida conjuntamente por uno o más coproductores brasileños y uno o más coproductores chilenos, cuyo proyecto haya sido aprobado por ambas Autoridades Competentes de conformidad al presente acuerdo, y que sea destinada a la comunicación pública por cualquier medio o procedimiento en los diversos segmentos de mercado audiovisual – es decir, en salas de cine, en la televisión (abierta o de paga), o por cualquier otro medio o sistema, conocido o a ser desarrollado, dentro de los límites permitidos por la legislación nacional y por las disposiciones reglamentarias vigentes en ambas Partes;
2. Para la República Federativa de Brasil (en adelante “Brasil”), “coproductor” significa una o más empresas de audiovisual brasileñas establecidas de conformidad con la legislación y los requisitos reglamentarios brasileños, involucradas en la realización de la coproducción audiovisual;



3. Para la República de Chile (en adelante “Chile”), “coproductor” son las empresas de producción o productores con domicilio en la República de Chile o en la República Federativa de Brasil, que participen en una coproducción chileno-brasileña.

4. “Autoridad competente” significa:

- a nombre de Brasil, la Agencia Nacional del Cine (ANCINE); y
- a nombre de Chile, el Ministerio de las Culturas, las Artes y el Patrimonio

5. “Nacionales” significa:

- i) para Brasil,
 - nacionales de Brasil; o
 - residentes permanentes en Brasil;
- ii) para Chile,
 - nacionales de Chile; o
 - residentes permanentes en Chile.

Artículo 2

Beneficios

1. Las coproducciones audiovisuales serán reconocidas como nacionales en los países de las Partes y, por consiguiente, tendrán plenos derechos a todos los beneficios que son o podrán venir a ser concedidos a las obras audiovisuales nacionales por cada una de las Partes en los términos de las respectivas legislaciones nacionales.

2. Cualquier beneficio disponible en Brasil solamente podrá ser concedido al coproductor brasileño de conformidad con la legislación y con las disposiciones reglamentarias brasileñas pertinentes.

3. Cualquier beneficio disponible en Chile solamente podrá ser concedido al coproductor chileno de conformidad con la legislación y con las disposiciones reglamentarias chilenas pertinentes.



Artículo 3

Aprobación de proyectos

1. La aprobación de las coproducciones audiovisuales deberá ser solicitada a las Autoridades Competentes de ambos países con anterioridad al inicio del rodaje de la obra o a la primera versión de una animación, conforme sea el caso.
2. Las aprobaciones serán concedidas por escrito después de la consulta entre las Autoridades Competentes.
3. Al considerar propuestas para la realización de coproducciones audiovisuales, las Autoridades Competentes, con la debida consideración por sus respectivas políticas y directrices, aplicarán las reglas establecidas en el presente Acuerdo y en su Anexo.
4. El proceso de aprobación comprenderá dos etapas: aprobación provisional y aprobación final.
5. La aprobación no será concedida a un proyecto de coproducción audiovisual cuyos coproductores estén vinculados por gestión, propiedad o control en común, excepto en la medida en que tal vínculo sea inherente a la propia realización de la coproducción.
6. La aprobación no crea obligaciones para las Autoridades Competentes en lo concerniente a la exhibición pública de la coproducción en cuestión, tampoco a la solución de conflictos entre los coproductores.

Artículo 4

Contribuciones a las coproducciones audiovisuales

1. La contribución financiera de los coproductores de cada Parte deberá corresponder a un mínimo de veinte por ciento (20%) y un máximo de ochenta por ciento (80%) del presupuesto de la coproducción audiovisual.
2. En todas las coproducciones audiovisuales, las participaciones creativa, artística y técnica de los coproductores serán razonablemente proporcionales a sus respectivas contribuciones financieras.
3. Sin perjuicio de lo dispuesto en los párrafos anteriores, en casos excepcionales, las Autoridades Competentes podrán aprobar coproducciones audiovisuales que, a pesar de no encuadrarse en las reglas de contribución, promoverán los objetivos de este Acuerdo. En esos casos, la contribución de los coproductores de cada Parte no será inferior a diez por ciento (10%)—ni superior a noventa por ciento (90%) del presupuesto de la coproducción audiovisual.



Artículo 5

Coproducciones con terceras partes

1. Los coproductores de Estados con los cuales Brasil o Chile mantengan acuerdo de coproducción cinematográfica o audiovisual podrán participar en la coproducción audiovisual.
2. En las coproducciones audiovisuales multilaterales, la contribución financiera de los coproductores de cada Parte corresponderá a un mínimo de diez por ciento (10%) y un máximo de ochenta por ciento (80%) del presupuesto de la obra.

Artículo 6

Participantes

1. Los participantes en la coproducción audiovisual serán nacionales de Brasil y Chile y, cuando hubiera coproductor de un tercer país, nacionales de ese tercer país también podrán participar.
2. En circunstancias excepcionales y sujeto a la aprobación de las Autoridades Competentes, un número restringido de profesionales de otros países podrá participar.

Artículo 7

Producción y posproducción

1. Todo el trabajo relacionado con la coproducción audiovisual antes de su finalización (incluyendo filmaciones en estudios y el trabajo de posproducción) será realizado en Brasil y/o en Chile, o, en caso de que haya un tercer coproductor, en el país del tercer coproductor.
2. Nada en este Acuerdo impedirá la realización de trabajos relativos a la coproducción en otro país u otra región si las Autoridades Competentes así lo acordaren.

Artículo 8

Filmaciones en locación

1. En principio, las filmaciones en locación serán realizadas en por lo menos uno de los países de los coproductores.
2. Sin embargo, las Autoridades Competentes podrán aprobar filmaciones en locación en país o región diferente a la de los coproductores en caso de que el guion o las circunstancias lo



exijan. En este caso, nacionales del país en que las filmaciones en locación ocurran podrán ser empleados como extras, en pequeños papeles o en equipo técnico adicional.

Artículo 9 **Créditos**

1. Constará de los créditos iniciales de toda coproducción la información de que la obra se trata de una “Coproducción Brasil - Chile” o una “Coproducción Chile - Brasil”, o, cuando sea el caso, que refleje la participación de coproductores de Brasil, de Chile y de terceros países.
2. Adicionalmente, tal información será incluida en cualquier material promocional referente a la coproducción.

Artículo 10 **Derechos, ingresos y mercados**

1. Los derechos y los ingresos derivados de la coproducción serán repartidos entre los coproductores de forma tal que refleje sus respectivas contribuciones financieras.
2. Sin perjuicio de lo dispuesto en el párrafo anterior, en caso de que lo deseen y acuerden mutuamente, los coproductores podrán retener los ingresos resultantes de la explotación de la coproducción en sus respectivos mercados nacionales, bajo la condición de que los ingresos resultantes del resto del mundo sean repartidos de forma proporcional a las inversiones de los coproductores.
3. En casos excepcionales, las Autoridades Competentes podrán aprobar coproducciones audiovisuales que, a pesar de no encuadrarse en la regla establecida en los dos párrafos anteriores, promoverán los objetivos del presente Acuerdo.

Artículo 11 **Entrada y residencia temporal**

Cada una de las Partes hará esfuerzos, sujeta a la aplicación de la legislación nacional en vigor en su respectivo Estado, para facilitar la entrada y la residencia temporal en su territorio por nacionales de Brasil, de Chile o de un tercer país, conforme el caso, que participen en la coproducción audiovisual, con la finalidad de producir o promover una coproducción audiovisual.



Artículo 12

Importación y exportación de equipos

Cada una de las Partes facilitará, dentro de los límites permitidos por sus respectivas legislaciones nacionales, la importación y la exportación temporales de cualquier equipo necesario para la realización de las coproducciones audiovisuales.

Artículo 13

Exportación de coproducciones audiovisuales

1. Cuando la coproducción audiovisual se exporte a un país donde la importación de obras audiovisuales esté sujeta a cuotas, y las Partes no ostentaren el derecho de libre entrada a sus obras audiovisuales en el país importador:
 - i) la coproducción audiovisual será incluida en regla en la cuota del país que posea participación mayoritaria;
 - ii) en caso de participación igualitaria de diferentes países, la coproducción audiovisual será incluida en la cuota del país coproductor que cuente con las mejores oportunidades de exportación al territorio en cuestión;
 - iii) en caso de dudas, la coproducción audiovisual entrará en la cuota del país de donde provenga el director.
2. Si cualquiera de las Partes ostentara el derecho de exportar ilimitadamente sus propias obras audiovisuales al país importador, las coproducciones audiovisuales en los términos del presente Acuerdo deberán, en la medida de lo posible, beneficiarse de la misma ventaja.

Artículo 14

Comisión Mixta

1. Siempre que sea necesario, las Partes establecerán una Comisión Mixta compuesta por representantes de las Partes, incluyendo las Autoridades Competentes.
2. La función de la Comisión Mixta será resolver cualquier dificultad que surja de la aplicación del presente Acuerdo y presentar propuestas consideradas necesarias con vistas a enmendarlo o mejorar su eficacia.
3. La Comisión Mixta podrá realizar reuniones (online) a solicitud de una de las Partes.



Artículo 15 **Estatus del Anexo**

El Anexo es parte integrante del presente Acuerdo y deberá ser considerado en conjunto con las otras disposiciones del presente Acuerdo.

Artículo 16 **Enmiendas**

1. El presente Acuerdo y su Anexo podrán ser enmendados, por escrito, por consentimiento mutuo de ambas Partes.
2. Las enmiendas entrarán en vigor en la fecha de la última notificación diplomática por la cual las Partes se notifiquen mutuamente sobre el cumplimiento de todos los procedimientos necesarios para tal entrada en vigor.
3. Cada Parte deberá informar a la otra, por Nota diplomática, sobre cambios en su Autoridad Competente.

Artículo 17 **Solución de controversias**

Las Partes se esforzarán en resolver, por consultas y consentimiento mutuo, cualquier controversia con relación a la interpretación o a la aplicación de este Acuerdo.

Artículo 18 **Entrada en vigor**

Cada Parte notificará a la otra, por escrito y por la vía diplomática, sobre la conclusión de todos los procedimientos necesarios para la entrada en vigor del presente Acuerdo. Este Acuerdo, incluyendo su Anexo, entrará en vigor en la fecha de la última de esas notificaciones.

Artículo 19
Duración y denuncia

1. El presente Acuerdo permanecerá en vigor por periodo de un (1) año, a contar de la fecha de su entrada en vigor, y, posteriormente, será renovado automáticamente por periodos adicionales de un (1) año.
2. Cualquiera de las Partes podrá informar a la otra sobre su intención de no renovar el Acuerdo al final de cada periodo de un (1) año, mediante notificación con anticipación mínima de tres (3) meses, por escrito y por vía diplomática.
3. No obstante el párrafo 2 de este Artículo, el presente Acuerdo continuará siendo aplicado a cualquier coproducción audiovisual aprobada por las Autoridades Competentes antes de su denuncia.

Artículo 20
Disposiciones transitorias

1. Este Acuerdo sustituirá el Acuerdo Complementario entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Chile en el ámbito de la Cooperación y de la Coproducción Cinematográfica, celebrado en Brasilia, el 25 de marzo de 1996.
2. Así, en la fecha en que el presente Acuerdo entre en vigor, el antedicho acuerdo dejará de estar en vigor.
3. Las Partes podrán, sin embargo, continuar otorgando beneficios a los productores cuya obra haya sido calificada para beneficiarse de la aplicación del acuerdo anterior.

Hecho en Brasilia, el 22 de abril de 2025, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo las dos versiones igualmente auténticas.

**POR EL GOBIERNO DE LA
REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL**


Margareth Menezes
Ministra de Cultura

**POR EL GOBERNO DE LA
REPÚBLICA DE CHILE**


Albert Van Klaveren Stork
Ministro de Relaciones Exteriores



ANEXO

REGLAS DE PROCEDIMIENTO PARA EL ACUERDO DE COPRODUCCIÓN AUDIOVISUAL ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE CHILE

1. La aprobación de las coproducciones audiovisuales será solicitada a las Autoridades Competentes de ambos países antes del inicio de las filmaciones, o de la primera versión de animaciones, conforme sea el caso.
2. La documentación presentada en apoyo a una solicitud de aprobación consistirá en los siguientes apartados, redactados en portugués, en el caso de Brasil, y en español, en el caso de Chile:
 - a) sinopsis de la coproducción audiovisual;
 - b) prueba documental de la adquisición legal de los derechos de realización de la coproducción audiovisual;
 - c) presupuesto;
 - d) plan de financiamiento;
 - e) lista del equipo creativo, artístico y técnico, indicando sus nacionalidades;
 - f) copia del contrato de coproducción, en consonancia con el siguiente párrafo.
 - g) cualquier otro documento o informaciones adicionales que las Autoridades Competentes pudieren juzgar necesarias.
3. El contrato de coproducción audiovisual deberá:
 - a) incluir el título de la coproducción audiovisual, aun siendo provisional, así como el nombre de lo(s) guionista(s) y del director;
 - b) identificar a los coproductores;
 - c) proporcionar el coste total estimado de la coproducción audiovisual, identificando el total de las contribuciones financieras a ser realizadas por cada coproductor en consonancia con las disposiciones de este Acuerdo;
 - d) incluir cláusula detallando la repartición entre los coproductores de cualquier gasto sobre o por debajo de lo previsto, cuyas partes deberán, en principio, ser proporcionales a sus respectivas contribuciones;
 - e) atribuir, entre los coproductores, la propiedad de todos los derechos derivados de la realización de la coproducción audiovisual, en consonancia con las disposiciones de este Acuerdo;



- f) establecer la división de territorios e ingresos de explotación de la coproducción audiovisual entre los coproductores, inclusive aquellas de los mercados de exportación, de conformidad con las disposiciones de este Acuerdo;
- g) establecer la responsabilidad financiera de cada coproductor por los costos incurridos en la preparación de un proyecto de coproducción audiovisual cuyo reconocimiento provisional o final sea negado por las Autoridades Competentes;
- h) establecer las medidas a ser tomadas cuando el coproductor no cumpla sus compromisos establecidos en el contrato;
- i) informar la fecha prevista para el inicio de las filmaciones, o de la primera versión de animaciones, conforme sea el caso;
- j) incluir cualquier otro requisito de las legislaciones nacionales y disposiciones reglamentarias de cada Parte con relación al contenido de los contratos de coproducción.

4. Enmiendas, incluyendo la sustitución de coproductor, pueden ser hechas al contrato original, pero deben ser sometidas a la aprobación de las Autoridades Competentes antes de la finalización de la coproducción audiovisual.